

As alternativas do homem moderno em suas relações sociais: o olhar da economia política clássica, de Marx e de Weber^{*}

Wolney Roberto Carvalho^{**}

Professor do curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana (Unila),
Mestre em Economia (UFSC) e Doutor
em Sociologia Política (UFSC)

Resumo

Este trabalho busca demonstrar, primeiramente, como os clássicos da economia política entendem que o homem moderno é aquele que busca o seu bem-estar e o máximo prazer através da troca de mercadorias, orientada pela mão invisível do mercado. Em um segundo momento, o artigo visa apresentar, sob a ótica de Marx, o homem moderno como a expressão das relações sociais entre proprietários e não proprietários do capital, relações essas que se ratificam no âmbito do processo produtivo da riqueza material. Por último, o presente texto busca destacar como Weber entende o homem moderno enquanto pressuposto e produto da ética protestante e do espírito capitalista até o final do século XIX, momento a partir do qual a acumulação é despojada do sentido religioso e passa a assumir um fim em si mesmo.

Palavras-chave

Economia política; sociologia política; capitalismo.

Abstract

Firstly, this work aims to demonstrate how the classical authors of political economy understand that the modern man is the one who searches for

^{*} Artigo recebido em 17 set. 2013 e aceito para publicação em nov. 2014.
Revisor de Língua Portuguesa: Mateus da Rosa Pereira.

^{**} E-mail: wolneyc@hotmail.com

welfare and sheer pleasure through the exchange of goods, guided by the invisible hand of the market. Next, the paper aims to present, according to Marx, the modern man as the expression of the social relations between owners and non-owners of capital, and such relations are ratified in the productive process of material wealth. Finally, this paper aims at highlighting how Weber understands the modern man as presupposition and product of protestant ethics and the capitalist spirit until the end of the 19th century, when accumulation is detached from its religious sense and assumes an end in itself.

Keywords

Political economy; political sociology; capitalism.

Classificação JEL: P16.

1 Introdução

Qualquer análise ou discussão sobre a alienação do homem na sociedade moderna tem de levar em consideração a discussão dos economistas — em especial dos economistas clássicos — sobre a origem da riqueza, a sua produção e as relações sociais que se estabelecem a partir delas.

É extremamente relevante perceber que os principais clássicos da sociologia — como Marx, Durkheim e Weber — fazem suas análises críticas ou apologéticas ao homem moderno, às relações sociais estabelecidas na modernidade, à função do Estado (político) e da sociedade civil. Ainda que os críticos pudessem dizer que Weber e Durkheim, por exemplo, não citaram, em suas obras mais importantes, os economistas clássicos como François Quesnay, Adam Smith e David Ricardo, sabe-se que os clássicos da sociologia gestaram suas obras num momento histórico em que as bases da ciência econômica dominante se assentavam nos clássicos da economia política, e é inegável também que a ciência econômica tenha sido considerada em suas análises sociológicas.

Nesse sentido, para se compreenderem as discussões, o debate e as proposições teóricas acerca da modernidade dos homens, das relações sociais estabelecidas na sociedade civil e no seio do Estado e, em especial, da alienação do homem no mundo moderno é que se apresenta, num primeiro momento, o aparato teórico da economia política clássica sobre o

processo da produção material, sua distribuição e seu consumo na sociedade.

Posteriormente, apresentam-se as visões de Marx e de Max Weber acerca do homem moderno, bem como o surgimento e o desenvolvimento do que se convencionou chamar de capitalismo e, finalmente, destaca-se que o homem moderno, depois do século XIX, tem a possibilidade de produzir a sua existência de forma consciente.

2 A produção da riqueza na compreensão da economia política: o *locus* da produção do homem moderno

Inicialmente, vale destacar-se que, para os mercantilistas, a fonte da riqueza encontra-se nas trocas, ou seja, advém da compra e venda de mercadorias. Daí a máxima de que um país é mais rico quanto maior quantidade de ouro e/ou prata que conseguir acumular através do comércio.

Mas os primeiros a tentarem sistematizar a produção e a destinação da riqueza foram os fisiocratas, tendo, à sua frente, Quesnay. De acordo com Belluzzo (1987), para os fisiocratas, a fonte da riqueza era a terra, e a partir da análise das relações econômicas num modelo análogo ao do sistema circulatório — independente da política e da vontade —, concluem que a única classe produtiva socialmente são os arrendatários capitalistas vinculados à terra. Há outras duas classes: a dos latifundiários (proprietários de terras, Igreja e Estado), que se apropriava dos excedentes, e a dos fabricantes de manufaturas, considerada como classe estéril.

Note-se que a classe estéril no sistema — os produtores de manufaturas — apenas efetua uma troca de equivalentes com a classe dos arrendatários, ou seja, troca todos os produtos manufaturados na indústria por alimentos para os seus trabalhadores e por matérias-primas necessárias para o prosseguimento da produção. Já a classe dos arrendatários capitalistas troca uma parte do seu produto por manufaturas necessárias à população agrícola (vestuários e outros bens), bem como por arados, pás, machados, foices, enxadas, meios de produção indispensáveis para a produção agrícola.

Contudo os custos de produção¹ para a classe produtiva eram compostos pelos custos dos manufaturados consumidos pelos arrendatários capita-

¹ Segundo Belluzzo (1987), está implícito para os fisiocratas a noção de custo igual ao valor, e que ambos são determinados pelo mercado.

listas aliados aos custos dos meios de produção utilizados na produção agrícola (enxadas, pás, martelos, etc.). Assim, a classe produtiva elaborava sempre um *quantum* total superior aos custos requeridos para a subsistência e a produção, ou seja, era capaz de produzir um excedente — a renda da terra — que, em última instância, era apropriada pela classe dos latifundiários.

Desse modo, segundo Belluzzo (1987), os fisiocratas demonstram que a sociedade econômica é caracterizada por relações econômicas interdependentes entre classes; apontam que existe a produção de um excedente como um dom da natureza, pois o trabalho aparece aqui apenas como um instrumento capaz de tornar a fertilidade natural do solo disponível e concluem que os custos da produção de um bem qualquer são iguais ao valor desses bens, sendo esses determinados no mercado.

Foi a partir de Smith que o trabalho deixou de ser secundário e assumiu a centralidade em todas as esferas da produção material. Em sua conhecida obra **A riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas**, é formulado teoricamente que o trabalho social é o fundamento da riqueza social. Agora os homens, segundo Aued (2001), pela primeira vez através de Smith, admitem que o destino de suas vidas se encontra em suas mãos. Para Cerqueira,

É só depois de ter desenhado a sociedade como uma sociedade de homens que trabalham e trocam — só depois de haver situado as trocas no interior de uma ontologia da sociedade mercantil — que Smith procurará explicar os determinantes das proporções segundo as quais as trocas se realizam (Coutinho, 1993 *apud* Cerqueira, 2004, p. 436). É precisamente por ver nas trocas um mecanismo de coordenação entre os diferentes ramos de produção que a teoria do valor pode assumir a centralidade que ela tem em sua teoria econômica — diga-se de passagem, precisamente o que faltava aos fisiocratas e à maioria dos antecessores de Smith (Cerqueira, 2004, p. 436).

A burguesia emergente — representada teoricamente pela obra de Smith (1983) — propaga as bases econômicas do ventre inglês, estando estas últimas assentadas na proposição da liberdade individual dos homens — em oposição ao antigo domínio aristocrático feudal — e na sua igualdade, em especial no que diz respeito aos negócios e contratos. Vale destacar-se que essa igualdade contratual — assim como a liberdade individual — se converte no credo contra uma era de privilégios comerciais para determinados grupos, própria do período mercantilista.

Assim, a riqueza de uma nação está assentada na quantidade de trabalho e no bem-estar de seus indivíduos. O trabalho, por sua vez, aparece como medida real do valor de todos os bens. Mas observa-se em Smith (1983) que as mercadorias, resultado do trabalho dos homens, se comercia-

lizam no mercado e, ao se encontrarem as mercadorias dos mais diversos produtores, com o desejo de comprar dos homens livres — visando satisfazer as suas necessidades — tem-se a substituição do trabalho social como fonte da riqueza social pelos preços de mercado, os quais são expressão do equilíbrio entre as quantidades de mercadorias ofertadas e demandas. Eis a origem da lei da oferta e da demanda tão difundida e conhecida nos dias de hoje.

Note-se que apesar de Smith (1983) considerar que o trabalho foi a origem de toda riqueza, para o autor, esse somente terá validade — enquanto medida de valor — na etapa mais primitiva da sociedade, pois tão logo se manifesta a propensão natural do homem para as trocas — e com elas se desenvolvem a propriedade privada e a divisão do trabalho estimulada pela extensão do mercado — os homens estarão mais propensos a intercambiar observando a quantidade de outras mercadorias que conseguem adquirir nos atos de compra e venda.

A produção dessas mercadorias, acompanhada da crescente habilidade dos homens, do aumento da destreza do trabalhador, bem como da ampliação da divisão do trabalho, refletir-se-á no aumento da produtividade social do trabalho, o que sempre — para Smith — resultará em maior bem-estar social, pois a riqueza do país tenderá a crescer. Se cada homem livre buscar o seu bem-estar e o máximo prazer através da troca, organizados pela mão invisível do mercado, toda a sociedade será beneficiada e o bem-estar será generalizado.²

Todavia Smith já perceberá que há uma separação entre os detentores/proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, sendo estes últimos responsáveis pelo acréscimo de valor às matérias-primas. Portanto, cabe aos proprietários do capital o lucro, que corresponde ao retorno do capital global adiantado no processo de produção das mercadorias. Isso mostra, para Belluzzo, que

Adam Smith afirma que a origem do lucro está, portanto, na dedução feita, pelo capitalista, sobre o salário do trabalhador ou que o lucro nasce do fato de que o capitalista vende, sem pagar, uma parte do trabalho incorporado à mercadoria (Belluzzo, 1987, p.26).

² Segundo Cerqueira (2004, p. 435), “Smith pretendeu mostrar não apenas que a esfera da economia obedecia a princípios distintos daqueles que prevalecem na esfera política — e que serão objeto dos dois primeiros livros da **Riqueza das Nações** — como também que a ordem subjacente ao domínio da vida econômica operaria espontaneamente no sentido de gerar o bem da humanidade, permitindo assim que o discurso econômico se ‘emancipasse’ da filosofia moral. Convém, no entanto, frisar que essa ‘emancipação’ deve ser entendida *cum grano salis*: a reflexão sobre a economia só ganha autonomia teórica porque seu objeto (as ações econômicas) é apresentado até aqui como algo que está naturalmente orientado para o bem, algo que tem, por si só, um caráter moral.”

Ademais, Smith (1983) também afirma que as três fontes originárias de toda renda e de todo o valor são o trabalho, o capital e a terra, sendo os salários, os lucros e a renda da terra os rendimentos desses fatores de produção.

Ora, isso mostra que o célebre autor está apresentando uma contradição, ou seja, não consegue explicar a natureza do excedente na sociedade burguesa. Para Paulani (2000), isso decorre de a economia clássica compreender e expor os fenômenos concretos (os conceitos) em sua aparência. Ademais, segundo a autora, dado o caráter desenvolvido da formação social que serviu de ponto de partida das análises clássicas, esses conceitos foram entendidos como oriundos da natureza humana, mas não como expressão de relações sociais.

Com base em Belluzzo (1987), percebe-se que, num primeiro momento, Smith tende a igualar o valor do trabalho ou trabalho comandado (salário) com o valor do produto do trabalho ou trabalho incorporado, o que é válido para uma sociedade de produtores independentes e, logo em seguida, acredita que, no capitalismo, o trabalhador cede uma parte do valor do trabalho — a cuja totalidade tinha direito originariamente — ao capitalista.

Assim, de acordo com Marx *apud* Belluzzo (1987), Smith acredita que a igualdade existente entre o valor do trabalho e o valor do produto do trabalho é rompida, e a impressão que se tem é a de que a lei geral do valor foi revogada.

Contudo, se Smith não consegue explicar a natureza e as causas do excedente, para Belluzzo (1987), Ricardo foi quem aprofundou o modelo fisiocrata-smithiano. Esse aprofundamento do modelo deu-se, assim, com a tentativa de esclarecer os mecanismos do crescimento econômico de uma economia capitalista, demonstrando como, ao longo do crescimento, se dá a distribuição da renda total entre as diferentes classes sociais (trabalhadores, capitalistas e rentistas) e como se determina a taxa de lucro. De acordo com Cerqueira,

[...] autores como Ricardo e Malthus, a partir de uma leitura da **Riqueza das Nações** centrada essencialmente nos dois livros iniciais e na exposição do “sistema de liberdade natural”, consolidaram a imagem de Adam Smith como o criador de uma nova ciência, a economia política (Tribe, 1995 *apud* Cerqueira, 2004, p. 438).

Então, para Belluzzo (1987), Ricardo define, num primeiro momento, a taxa de lucro como “[...] a proporção entre a produção e o consumo indispensável para se obter essa produção” (Belluzzo, 1987, p.31), ou seja, a relação entre o valor do produto total e o dispêndio com capital fixo e capital circulante.

Note-se que esse cálculo — num primeiro momento para Ricardo — serve para todas as esferas da economia: indústria, comércio e principalmente a agricultura, responsável direta pela equalização das taxas de lucros nos três setores.

Num segundo momento, a taxa de lucro é definida pelo trabalho total produzido em um país e o requerido para essa produção. A partir desse momento, assume que

[...] se uma mercadoria qualquer contém, digamos 12 horas de trabalho, poderá ser trocada por outra que contenha, por exemplo, 6 horas, na proporção de 2 por 1, independentemente da forma pela qual o valor total é repartido entre trabalhadores e capitalistas. **Portanto, para Ricardo, a lei do valor, medido pelo tempo de trabalho cristalizado nas mercadorias, preside, sem exceção, o processo de troca na sociedade capitalista.** E, neste tempo de trabalho, Ricardo incluiu não só o trabalho imediato, mas também o trabalho gasto na fabricação dos instrumentos, ferramentas e edifícios com que se complementa o trabalho imediato (Belluzzo, 1987, p. 39, grifo nosso).

Além de constatar que o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo de trabalho cristalizado nessa mercadoria, Ricardo — segundo Belluzzo (1987) — constata que a quantidade de mercadorias que o trabalhador recebe na forma de salário — meios de subsistência necessários — é inferior àquela que é entregue ao capitalista, ou seja, que o lucro aparece como um resíduo entre a produção (medida em tempo de trabalho) e o consumo necessário (também medido em tempo de trabalho) para a sua realização.

A limitação de Ricardo está em “[...] que impõe o trabalho como medida de valor, sem antes indagar em que condições os produtos do trabalho assumem a forma-valor” (Belluzzo, 1987, p.50).

Para Aued (2001), Ricardo, ao concluir que o lucro aparece como um não pagamento do trabalho efetuado pelo trabalhador, explicita que a sociedade burguesa se estrutura — assim como a escravagista e a feudal — sobre o trabalho alheio.

Mas, apesar de Ricardo (1983) ter aprofundado a teoria do valor-trabalho e evidenciar que o valor das mercadorias é composto pelo tempo de trabalho necessário, não busca demonstrar como o trabalhador é explorado pelo capitalista³. Todo o seu argumento se direciona para o crescimen-

³ Para Paulani (2000), teria sido por causa do erro seminal de tornar naturais as relações sociais que a economia política clássica, em especial Ricardo, não teria conseguido, após resgatar e aprofundar a Teoria do Valor-Trabalho de Smith, chegar à mais-valia. É certo que as limitações teóricas e históricas contribuíram para isso, mas entende-se que Ricardo também assumiu um papel ideológico importante que influenciou suas decisões teóricas, em especial por ter centrado suas análises sem levar em conta os aspectos da filosofia moral de Smith, conforme coloca muito bem Cerqueira (2004).

to econômico e para a acumulação de capital, buscando demonstrar as alternativas para maximizar o rendimento do fator de produção capital — o lucro —, bem como minimizar o impacto dos rendimentos dos fatores de produção terra e trabalho — renda da terra e o salário — sobre os lucros em geral. Visto de outro modo, a elevação da renda da terra e o consequente aumento dos salários no âmbito industrial implicam a queda dos lucros e da taxa de lucro, e poderão ser resolvidos mediante o comércio exterior e a incorporação de novas tecnologias.

Ademais,

Assim como o trabalhador não pode viver sem salários, o arrendatário e o industrial não podem viver sem lucro. A motivação para a acumulação diminuiria a cada redução do lucro, e cessaria totalmente quando os lucros fossem tão baixos que já não compensassem os esforços do arrendatário e do industrial, nem o risco que deveriam enfrentar no emprego produtivo de seu capital (Ricardo, 1983, p. 98).

Assim, pode-se verificar que os clássicos da economia política, ao estudarem as relações entre os homens na sociedade moderna, assumem como pressuposto básico a liberdade dos homens e a igualdade contratual, regras a serem seguidas para o bem-estar social. É importante perceber que esses fundamentos morais — liberdade para ir e vir bem como a igualdade nos contratos — são garantidos pelo Estado moderno, o qual tem a função de garantir a jurisprudência institucional necessária ao bom funcionamento da economia de mercado, bem como a defesa e a infraestrutura.⁴

Se cada homem livre buscar o seu bem-estar e o máximo prazer através da troca, organizados pela mão invisível do mercado, toda a sociedade será beneficiada e o bem-estar será generalizado. Eis assim o surgimento de um novo homem, cuja mentalidade assenta-se no individualismo e na maximização da utilidade das diversas funções e ações⁵.

⁴ Note-se aqui como, segundo Cerqueira (2004), Smith destacou também a importância do Estado no sentido de tomar providências com relação aos efeitos da divisão do trabalho sobre a grande massa da população, os trabalhadores pobres. Esses efeitos — destacados no Livro V de sua obra *Riqueza das Nações* — teriam a força de se converterem em obstáculos ao desenvolvimento de novas capacidades mentais e intelectuais dos trabalhadores pobres, e na medida em que aumenta a especialização desses trabalhadores, operam como uma contratendência ao bem-estar geral e social porque os converte em seres ignorantes e embrutecidos. Assim, essas observações do pai da ciência econômica teriam sido uma prova de como a filosofia moral continua ocupando uma posição central na sistematização econômica do autor, mas fora negligenciada pelos seus posteriores seguidores, a exemplo de Ricardo e Malthus.

⁵ “Essa ontologia do sistema de livre mercado constitui o principal legado de Smith para a constituição do discurso econômico: a imagem de uma esfera da economia movida pelo interesse pessoal, que produz resultados superiores aos alcançados por qualquer forma alternativa de organização da produção material. No entanto, as ligações complexas entre essa concepção e a filosofia moral que a fundamenta — nexos que eram evidentes na obra

Portanto, “Esta concepção de sociedade é a matriz do pensamento liberal que detém a hegemonia do pensamento da humanidade do século XIX e XX” (Aued, 2001, p. 04).

3 A crítica de Marx ao modo de produção capitalista e a sua análise do homem moderno

Marx (1988), ao analisar o mundo e o homem modernos, constata que esses se assentam num modo de produção diferente dos modos de produção escravagista e feudal.

No modo de produção escravagista, os produtores da riqueza material são homens escravos — mercadorias — de um senhor. Tudo o que produzem pertence ao seu senhor. Esses escravos aparecem socialmente como homens sem alma, com apenas uma finalidade: a de produzir o máximo de riqueza ao menor custo de reprodução das suas vidas, as quais não lhes pertencem.

A estrutura e as tradições da produção feudal e as obrigações que a acompanham são reguladas com base na hierarquia feudal — senhores, duques, príncipes — sempre sob o olhar divino de “El Rei”. Todavia os verdadeiros produtores da riqueza material são os servos, homens semilivres, detentores dos meios de produção e do produto dos seus trabalhos, mas que estão sob tutela dos senhores feudais, de acordo com a vontade divina.

Esses servos têm de ceder parte do produto do seu trabalho ou parte das suas jornadas de trabalho — voltadas para o seu sustento e o da sua família — ao senhor feudal. Esse lhes dá proteção contra guerras, roubos e mantém a ordem entre os servos de um feudo, representando-os junto à estrutura hierárquica feudal quando necessário.

No modo de produção capitalista, os homens produtores da riqueza material são livres para ir e vir. Não estão mais sob a tutela dos designados por Deus, mas sim pela dinâmica da acumulação do capital, da produção de mercadorias, pois

de Smith e que o levaram a apontar os problemas decorrentes do próprio funcionamento do mercado e a relativizar suas virtudes — foram gradualmente esquecidos à medida que a economia política se desenvolve, ao longo do século XIX. Elevada à condição de cânone da nova ciência, a **Riqueza das Nações** passou a ser lida como um texto desvinculado, ou até mesmo, contraditório com a filosofia moral à qual estava referida. A centralidade da ética no projeto de Smith tornou-se, no discurso econômico, uma dimensão anulada” (Cerqueira, 2004, p. 438-439).

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru (*das nackte Interesse*), o insensível “pagamento em dinheiro”. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou *unicamente* a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida (Marx; Engels, 2011, p. 42-43).

Assim, para Marx (1988), a lei geral absoluta do modo de produção capitalista — que se estabeleceu a partir do século XVI — é a produção de mais-valia, que se assenta na separação entre proprietários e não proprietários do capital; entre os que produzem a riqueza e os que dela se apropriam.

Portanto, se a economia clássica — depois de apresentar as bases da Teoria do Valor-Trabalho — assume⁶ que a fonte dos rendimentos (da riqueza) está assentada nos fatores de produção — terra, capital e trabalho —, para Marx (1988) essa fonte será o trabalhador. Este último, ao vender a sua força de trabalho ao capitalista, o qual é o proprietário dos meios de produção, tem a possibilidade de apropriar-se de um valor superior ao inicialmente despendido no processo de produção e reprodução do capital.

A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada por assim dizer na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade privada capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente. (Marx, 1988a, p. 880).

Assim, de posse dos meios de produção — instrumentos de trabalho e instrumentos sobre os quais recai o trabalho (capital constante) —, o capitalista compra a força de trabalho (capital variável) do trabalhador e a coloca em contato com os meios de produção (capital constante) ao longo do processo produtivo, com o propósito de acumular mais-valia, trabalho excedente que aparece na forma de lucro, juros e/ou renda da terra.

O trabalhador, em troca da venda da sua força de trabalho — sua capacidade de desprendimento de energia física e mental —, recebe um salá-

⁶ E aqui fica uma importante pergunta: teriam Smith e Ricardo abandonado a Teoria do Valor-Trabalho depois de adotarem os fatores de produção — terra, capital, trabalho — como fontes da renda da terra, do lucro e dos salários?

rio, que nada mais é que parte do trabalho presente criado, ou seja, o trabalho necessário.

Assim, se o trabalho presente criado pelo trabalhador ao longo do processo produtivo — no qual se dá a produção das mercadorias — compreende o trabalho necessário e o trabalho excedente, ao capitalista, após ser o proprietário da força de trabalho, é assegurado o direito de se apropriar do trabalho excedente.

Eis assim o que está por trás do mundo das mercadorias: a alienação do produto do trabalhador e, mais do que isso, a alienação da sua capacidade produtiva.

Entretanto, conforme Marx (1988), sabe-se que nem todos os produtores da riqueza material — os trabalhadores — são contemplados com a possibilidade de: (a) subsistirem através da venda da sua força de trabalho; (b) venderem a sua força de trabalho pelo seu valor; (c) serem amparados pela assistência do Estado.

A impossibilidade da venda da força de trabalho por parte dos trabalhadores é decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, as quais estão na base do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, enquanto o processo de produção e reprodução do capital se assenta no trabalho manufatureiro, o qual apresenta um baixo desenvolvimento das forças produtivas, o trabalhador comanda os instrumentos de trabalho e é responsável pela dinâmica do processo de trabalho.

Nesse sentido, na medida em que o capitalista direciona uma maior parcela do trabalho excedente apropriado, ou uma maior parcela da mais-valia auferida no processo de produção do capital, em um novo processo de produção do capital — ou seja, a reprodução do capital em escala ampliada —, o número de trabalhadores empregados geralmente aumenta. No entanto, a partir do momento em que é introduzida a mecânica a vapor e o processo de trabalho vai sendo gradativamente mecanizado — final do século XVIII e início do século XIX —, o trabalhador passa a ser um apêndice da máquina. A partir desse momento, ele não mais comanda o processo produtivo, pelo contrário, é comandado por máquinas cientificamente desenvolvidas pelo próprio trabalhador coletivo.

Assim, cada vez mais, o capitalista direcionará maior parcela da mais-valia acumulada na compra do capital constante, e menor parcela dessa na compra do capital variável. Todo incremento de capital novo no processo de reprodução do capital — na fabricação de determinada mercadoria — exigirá, cada vez mais, um gasto maior de capital em meios de produção e um gasto menor na compra da força de trabalho; e toda parte do capital constante que se renova — o capital fixo — o faz mais desenvolvido tecnologi-

camente, necessitando de menor quantidade de trabalhadores no processo produtivo.

Conforme Marx (1988), isso é o que se viu em especial a partir do século XIX, momento em que a grande indústria se expandiu para os mais diversos setores.

O resultado disso foi um aumento na composição orgânica do capital, o que, por um lado, foi acompanhado de uma queda tendencial na taxa de lucro do conjunto dos capitalistas e, por outro, de um aumento do desemprego — exército industrial de reserva — em número absoluto.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia do seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva... E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (Marx, 1988a, p. 747).

Apresenta-se, assim, a alternativa da superexploração como forma de manter a taxa de lucro e os níveis de emprego. Parte dos trabalhadores vende sua força de trabalho abaixo do seu valor, ou seja, da quantidade dos meios de subsistência necessários para a reprodução dessa força de trabalho, o que permite aos capitalistas, em seu conjunto, reequilibrar os níveis de lucratividade, a taxa de lucro.

Aqui entra a importância do Estado capitalista, pois o modo de produção capitalista — para Marx (1988) — não poderia existir sem esse Estado e sem o direito moderno.

Ao Estado capitalista cabe criar a infraestrutura necessária para o funcionamento do processo de produção e reprodução do capital, assim como legislar e executar o direito moderno. Mas essa tarefa somente poderá ser concretizada a partir da alocação de uma parte das receitas auferidas pelo ente político.

O Estado também faz frente a outras despesas necessárias para manutenção da ordem burguesa, como educação, saúde, segurança, transporte, moradia e alimentação. Esses gastos estatais visam assegurar que uma parte da força de trabalho esteja sempre apta às necessidades imediatas da reprodução do capital.

Mas qual é a origem das receitas do Estado? Através de Marx (1988), constata-se que a principal fonte de receitas é parcela da mais-valia social, inicialmente apropriada pelos capitalistas, e posteriormente remetida na forma de tributos, taxas e impostos de maneira geral.

Quanto ao direito moderno — público e privado —, este é responsável pela elaboração de leis, normas e regras que mantenham a ordem social,

mas, acima de tudo, garantam a propriedade privada no modo capitalista de produção.

Portanto, através de Marx (1988), percebe-se que o homem moderno é o homem burguês. Esse homem burguês compreende os proprietários e não proprietários do capital, ou seja, capitalistas e trabalhadores, sujeitos históricos do modo de produção capitalista.

Na base desse modo de produção, encontram-se as relações sociais de produção, as quais se estabelecem a partir do antagonismo entre os homens burgueses na produção da riqueza material. Sobre essa estrutura, para Marx (1988), assenta-se uma superestrutura política e jurídica que é extremamente necessária para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Aí se encontram as instituições do direito moderno assim como o Estado moderno, sem as quais o capitalismo não existiria.

Dessa forma, o antagonismo de classes (capitalistas *versus* trabalhadores) se estabelece em todas as esferas da vida social; na socioeconômica, política, histórica e cultural.

Mas se os verdadeiros produtores da riqueza material se encontram cada vez mais afastados das possibilidades da reprodução da vida, bem como alienados no e pelo processo de produção das mercadorias — âmbito em que alienam a sua capacidade de realizar trabalho, criar valor —, eis que o desvelamento dessa alienação como produto histórico traz a possibilidade de um novo tipo de racionalidade ao homem moderno: é a transmutação da produção racional voltada para o lucro, por uma produção racional voltada para a vida. É, consoante Marx, o fim da “Pré-História da Humanidade”.

Note-se que, de acordo com Marx (2013), o desvelamento da alienação, enquanto produto histórico, consiste na constatação de que o homem moderno, no e pelo processo de trabalho, aliena-se através do produto do seu trabalho, o qual se torna estranho a ele, como um poder autônomo na forma de riqueza material que o domina. Ademais, ao se alienar, dando origem à riqueza material, transforma esse poder autônomo em propriedade do não trabalhador, ou seja, do capitalista. Mas a alienação ultrapassa a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho. A produção de mercadorias também se torna esfera de alienação da própria atividade humana por meio do trabalho, a qual, uma vez materializada, pertence ao capitalista. Assim, através dessa atividade humana, ele não se produz a si mesmo como e enquanto ser humano, ser genérico, porque enquanto trabalhador produz a propriedade capitalista, e, ao produzi-la, sua própria atividade humana expressa por meio do trabalho volta-se contra ele, é alienada.

Portanto, tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força

como impotência, a criação como emasculação, a própria energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal — e o que será a vida senão atividade? — como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence. Esta é a auto-alienação, em contraposição com a acima mencionada alienação da coisa. (Marx, 2013, p.115).

Mas ao canalizar suas energias físicas e mentais na produção de mercadorias, o homem moderno personificado no trabalhador, por meio da produtividade do trabalho social, cria a riqueza material, parte da qual, nas mãos da classe capitalista, se converte em meios de produção. Através de Aued (2005), constata-se que esses meios de produção, cada vez mais, incorporam as habilidades desse homem trabalhador cristalizadas em máquinas, e essas, ao serem utilizadas na reprodução da riqueza material no e pelo processo de produção capitalista, o tornam, gradativamente, em ser desnecessário nesse âmbito. É o princípio da desalienação, mas enquanto negatividade, porque esse homem moderno, ao se defrontar com o seu trabalho socialmente objetivado enquanto riqueza e propriedade do capitalista, cada vez mais se afirma como ser supérfluo na produção dessa riqueza. E assim, na medida em que a reprodução dessa riqueza material se torna cada vez mais autônoma das condições subjetivas, ficando a cargo das condições objetivas⁷, esse homem moderno se vê impossibilitado de reproduzir sua vida através da autoalienação, da atividade humana por meio do trabalho.

Desse modo, com base em Marx (2013), entende-se que o princípio da desalienação do homem no e pelo processo de trabalho é a própria libertação do homem da sua atividade (vida) enquanto trabalhador, e é, simultaneamente, a possibilidade do desenvolvimento de suas outras faculdades físicas, mentais e espirituais. Todavia, o desenvolvimento das outras faculdades humanas desse homem moderno, outrora responsável pela produção da riqueza material e cada vez menos necessário, poderá começar a se concretizar como desalienação no sentido positivo, na medida em que a propriedade associada capitalista converter-se em propriedade dos produtores associados. Eis, assim, a necessidade histórica de romper com as amarras da propriedade capitalista e a possibilidade de sair da “Pré-História da Humanidade”. Eis a importância da luta de classes, e com ela a possibilidade histórica da classe trabalhadora se converter em classe para si.

⁷ “O processo produtivo já não mais necessita da habilidade e destreza dos homens para se produzir um valor-de-uso, pois o supera primeiro como meio de produção através da união das ferramentas a um mecanismo mecânico e agora, também, o supera como força motriz. O processo de produção emancipa-se do homem como força produtiva e tal característica social se materializa em máquina” (Aued, 2005, p. 14).

4 O homem e a modernidade em Max Weber

Na tentativa de compreender a situação social, política, econômica e histórica do homem moderno, Weber buscou descobrir as origens do capitalismo moderno e os elementos constitutivos do seu desenvolvimento.

O referido autor constata inicialmente que sempre existiram formas de capitalismo em várias partes do mundo, a exemplo da Índia, da China, da Babilônia, do Egito, etc. Mesmo a ânsia ou busca pelo lucro monetário foi muito comum, passando por garçons, prostitutas, funcionários públicos e até médicos, o que evidencia que o empreendimento capitalista é de longa data.

No entanto, foi no mundo ocidental que se desenvolveu uma série de configurações capitalistas que nunca existiram.

A racionalidade, então, espalhou-se por todas as esferas sociais do mundo ocidental, e, aliada à ética protestante — que preconizava a salvação do homem mediante a vocação do trabalho racional e profissional —, deu sustentação ao capitalismo.

Para Weber (2001), o calvinismo e sua doutrina de máxima utilização do tempo de vida, amparado no louvor a Deus através do ascetismo e da ética para o trabalho racional e profissional, conduziu o homem moderno para a criação de uma riqueza material que, em última instância, deveria ser reinvestida para a geração de novos postos de trabalho, pois

[...] em conformidade com o Velho Testamento e em analogia com a avaliação ética das boas obras, o ascetismo via a busca de riquezas com fim em si mesma como altamente repreensível; embora sua manutenção como fruto do trabalho na vocação fosse um sinal da benção de Deus. E mesmo mais importante do que isso: a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e mais evidente prova de redenção e de genuína fé, deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo (Weber, 2001, p. 124).

Pode-se observar que a riqueza material criada, na visão dos calvinistas, não poderia ser utilizada para o gozo, a ostentação ou o prazer, e isso levou Weber (2006) a acreditar que a dinâmica do capitalismo na modernidade, assentada na atuação do empresário moderno racional e seus trabalhadores profissionais, pautava-se na busca pela salvação através do trabalho criador de riquezas materiais, da reinversão dessa riqueza produzida e da geração de novos postos de trabalho.

Portanto, é inegável que o *ethos* econômico do capitalismo moderno esteve assentado — conforme Weber (2001) — na ética protestante. Do

luteranismo adveio a fundamentação religiosa do homem para libertar-se do mundo tradicional: sua vocação “divina” ao trabalho é meio de salvação; do calvinismo emergiu a mentalidade religiosa racional da condução da vida, que deveria se difundir para a vida individual como glorificação de Deus na terra. Tem-se, como resultado dessas vertentes protestantes, a racionalização das vocações como o trabalho, a ciência, a política, a jurisprudência, etc. Assim, acumular capital para ser reinvestido e criar novas fontes de trabalho fora a predestinação do homem moderno, pelo menos até o final do século XIX.

Veja-se que, aliados à crescente racionalização da empresa moderna — no que diz respeito aos seus custos, receitas, lucros e investimentos — esteve o crescente comércio e a dívida estatal.

Para Weber (2006), o comércio, em especial o colonial, com a aceitação de uma racionalidade contábil, permitiu uma avaliação mais fidedigna das receitas e despesas, em especial nas transações com o exterior — Índias Orientais e Ocidentais. Também permitiu que os lucros auferidos nas transações de compra e venda fomentassem racionalmente o investimento de parte do capital comercial nos diversos setores industriais.

O mercantilismo, então, apareceu como o primeiro estágio de política econômica racional; orientado pelo Estado, incentivava o comércio exterior — que se traduzia em fonte de receitas e induzia o aumento da produção nacional.

Nesse sentido, Weber (2006) destaca que algumas empresas eram privilegiadas com a monopolização dos negócios coloniais, com as oportunidades de escoamento das mercadorias e inclusive com o transporte, e isso propiciara enormes lucros.

Esses negócios coloniais contribuíram para o desenvolvimento do espírito capitalista moderno também nas colônias, e “[...] nesse contexto, apresentam-se nos dois tipos principais de exploração: o tipo feudal, nas colônias espanholas e portuguesas, e o tipo capitalista, nas holandesas e inglesas” (Weber, 2006, p. 41). Mas essa contribuição se deu em especial nas colônias holandesas e inglesas que se inseriram na exploração do tipo capitalista.

Assim, “[...] da aliança forçosa do Estado com o capital sairia a burguesia nacional, a burguesia no sentido moderno da palavra. Portanto, é o Estado nacional consolidado que garante ao capitalismo as chances de permanecer” (Weber, 2006, p. 89).

Ademais, esse novo tipo de Estado — peculiar do ocidente —, tendo como base a legislação e a execução do direito moderno, a política como vocação, a profissionalização dos serviços públicos e o arrendamento da tributação — o que permitia uma análise contábil eficiente das receitas e

despesas —, uma vez impossibilitado de fazer frente aos crescentes déficits públicos originados de sua vocação como promotor do capitalismo, recorre a essa classe burguesa nacional para financiá-los: eis a dívida pública.

Mas se a racionalização empresarial na indústria e no comércio, assim como a gestão do Estado, foi generalizando-se, e surgiu a burguesia nacional como classe detentora dos meios de produção, isso também permitiu a gênese das empresas no formato de sociedades anônimas. Essas apareceram inicialmente como empresas comerciais e coloniais, que eram formadas por capitais do público em geral no formato de cotas-partes — mais tarde denominadas ações —, tendo como gestor o Estado.

No princípio dos séculos XIII e XIV, em especial em cidades como Gênova e Veneza, o lucro era distribuído sem reservas de capital para futuros investimentos. A partir do capitalismo moderno e, em especial, depois do século XVIII, houve a introdução de técnicas racionais de contabilidade e balanços anuais, ocasião na qual o formato de Sociedades Anônimas começou a se espalhar para os principais setores econômicos.

Mas foi a partir do século XIX que esse movimento se generalizou e contribuiu para a consolidação das bolsas de valores e de seus negócios de especulação e embuste, que outrora se faziam apenas com os títulos de valores e espécies monetárias, em especial os títulos da dívida pública. Nesse momento, os bens de capitais passaram a ser expressos em títulos de valores livremente transferíveis, e Weber (2006) constata que foram as sociedades anônimas, no setor ferroviário e fluvial, que ampliaram consideravelmente os negócios e a especulação nas bolsas, bem como estimularam o desenvolvimento do capitalismo moderno europeu e estadunidense.

Assim sendo, o homem moderno foi libertando-se das amarras tradicionais do mundo feudal e da culpabilidade cristã pelo acúmulo de lucro; subordinou a moral interna à moral externa — resultando na busca de um lucro moderado e no aparecimento de uma economia moderada — e assumiu a vocação para o trabalho aliado ao ascetismo protestante calvinista, que traz em seu seio a possibilidade do fazer a vontade divina através do acúmulo de capitais, direcionando-o para novos investimentos, para a geração de novos postos de trabalho e para a ampliação das bases materiais. Adiciona-se a isso que Weber (2006) vê na propriedade privada dos meios de produção, concentrada nas mãos do empresário moderno, o centro por excelência para a difusão das fábricas modernas cada vez mais mecanizadas.

Desse modo, se o acúmulo material e o desenvolvimento do capitalismo moderno se assentam sob a ética protestante — em especial a calvinista — assumida pelo homem moderno, Weber (2006) constata que os homens, através do trabalho, comandam os instrumentos de trabalho — que

são operados como máquinas pela força hidráulica — e o próprio processo de trabalho até o final do século XVIII, momento a partir do qual são introduzidas as máquinas mecânicas — como o tear a vapor de Cartwright. A produção de bens materiais passa a ser definitivamente racionalizada, e com a aplicação racional da ciência na descoberta e no aperfeiçoamento de matérias-primas, na fabricação de máquinas mecânicas, os trabalhadores convertem-se em apêndices da máquina, sendo a atuação no processo de trabalho, a partir de então, regulada pela velocidade dessas máquinas, por seus aperfeiçoamentos. Pouco a pouco, parte desses homens atuantes no âmbito da criação da riqueza material foi sendo liberada do processo produtivo, foi transformando-se em desempregada.

O lucro passou a assumir um fim em si mesmo para a classe capitalista e, assim, manifestou que o *ethos* econômico fora despojado do seu sentido religioso. As promessas de prosperidade e inclusão social tornaram-se fictícias em especial para os obreiros, e as contradições sociais vieram à tona, pois

[...] a raiz religiosa da humanidade econômica moderna extinguiu-se. Atualmente, o conceito de profissão está no mundo como um *caput mortuum*. A religiosidade ascética foi substituída por uma atitude realista-pessimista perante o mundo e o homem, expressa, por exemplo, na Fábula das abelhas, de Mandeville, defendendo que também vícios privados podem circunstancialmente resultar em vantagens para o conjunto da sociedade... Eliminada tal situação, tiveram de resultar daí, apenas por esta causa, as tensões dentro da sociedade, as quais, desde então, continuam crescendo (Weber, 2006, p. 127-128).

Dessa forma, para o homem moderno, restará uma gaiola de ferro onde não há saída!

5 Considerações finais

Percebe-se como a economia política clássica, em especial em Smith e Ricardo, assume que o homem moderno deverá seguir os pressupostos filosóficos da liberdade e igualdade. Liberdade para ir e vir, igualdade nas relações contratuais. A produção da riqueza material, por sua vez, deverá libertar o homem moderno do atraso medieval, assentando-se na economia de mercado, na lei da oferta e da demanda, na busca pela maximização utilitária dos fatores de produção — terra, capital e trabalho. O crescimento da produção *ad infinitum* e da sua posterior distribuição de acordo com os respectivos fatores de produção é que conduzirá ao bem-estar geral da

sociedade. Essa é a única alternativa racional que se apresenta ao homem moderno.

Foi a partir da crítica à economia política clássica que Marx, em sua obra **O capital**, demonstrou que a origem da riqueza material social não está nos fatores de produção — terra, capital e trabalho. Essa riqueza tem sua origem na ação do homem junto à natureza, transformando-a e, simultaneamente, transformando-se a si mesmo; e, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza material se assenta no antagonismo de classes, na separação entre proprietários e não proprietários do capital.

Assim, os homens modernos se apresentam como capitalistas e trabalhadores. Os primeiros, proprietários dos meios de produção e dos meios de subsistência, para aumentarem a riqueza em suas mãos, que aparece na forma de lucro, juro ou renda da terra — mas na realidade é trabalho expropriado, mais-valia — compram a única mercadoria em posse dos trabalhadores, ou seja, a força de trabalho.

Nesse sentido, Marx demonstrou que a classe trabalhadora abrange a maioria dos homens modernos e, simultaneamente, é a responsável pela produção da riqueza material no mundo moderno. Todavia demonstrou que essa classe, ao produzir a riqueza material no modo de produção capitalista, produz ao mesmo tempo a sua exclusão das benesses materiais, o que se ratificou após o advento da grande indústria no século XIX. A partir desse momento histórico, o trabalhador foi gradativamente subsumido pelas máquinas, tornando-se um apêndice delas; sua expulsão do processo de produção da riqueza tornou-se um fato concreto.

No entanto, para Marx, esse fetichismo do mundo das mercadorias agora pode ser desvelado. Apresenta-se cientificamente a possibilidade de os homens produzirem conscientemente a sua existência. Tornam-se explícitas a irracionalidade do modo de produção burguês e a alienação dos produtores; abrem-se as possibilidades de uma racionalidade da produção da vida distinta da vida burguesa, onde os produtores possam de fato usufruir do que produzem. Esse é o caminho que deve ser buscado pela classe trabalhadora. Se será efetivado ou não, somente a história — que é feita pelos homens — poderá confirmar.

Mas, se Marx compreendeu que entender o homem moderno em suas relações sociais deveria partir da economia política, o mesmo não se pode dizer de Weber.

Este último compreende, inicialmente, que o capitalismo moderno é o aperfeiçoamento de um capitalismo que sempre existiu em várias partes do mundo e, no entanto, se apresenta no mundo ocidental com um formato nunca visto.

Esse formato específico, para Weber, diz respeito à utilização racional das mais diversas vocações, como o trabalho, a contabilidade, os custos, a vocação empresarial, a política, o direito moderno, o funcionamento do Estado moderno e a ciência, entre outras.

Portanto, o *ethos* econômico do capitalismo moderno esteve mesmo assentado na ética protestante. Do luteranismo teria surgido a fundamentação religiosa do homem para se libertar do mundo tradicional através da sua vocação “divina” ao trabalho como meio de salvação; do calvinismo emergiria a mentalidade religiosa racional da condução da vida, que deveria se difundir para a vida individual como glorificação de Deus na terra. Ter-se-ia, assim, a racionalização das mais diversas vocações.

Desse modo, acumular capital para ser reinvestido e criar novas fontes de trabalho fora a predestinação do homem moderno pelo menos até o final do século XIX, quando, para Weber, a racionalidade capitalista assumiu um fim em si mesma e a busca pelo lucro foi completamente despojada de qualquer sentido religioso.

Por último, faz-se necessário enfatizar algumas diferenças entre Weber e Marx. O primeiro entende ser a ética religiosa protestante a origem do capitalismo moderno; desconsidera o antagonismo de classes existente na esfera da produção da riqueza material e, com isso, é levado a acreditar que as vocações profissionais têm orientação divina, que a acumulação de capital é benéfica social e espiritualmente, uma vez que não utilizada para o prazer conspícuo; que a acumulação capitalista orientada pela vontade divina poderia ter conduzido o homem à salvação através do trabalho produtor de riquezas, se esse mantivesse firme o espírito do capitalismo.

Para o segundo, a ética religiosa aparece em toda a sua obra como um entrave para a compreensão da verdadeira dinâmica do modo de produção capitalista. A centralidade dessa compreensão manifesta-se nas relações sociais de produção, onde o antagonismo de classes sempre esteve presente desde o início do capitalismo enquanto modo de produção.

Se para Weber o capitalismo poderia conduzir o homem moderno para salvação religiosa, para Marx — em toda sua obra — isso jamais foi possível.

Se, para Weber, os trabalhadores puderam ser incluídos socialmente e usufruir da riqueza material no mundo moderno — pelo menos até o século XIX —, para Marx, os trabalhadores aparecem cada vez mais como escravos do capital, escravos do próprio produto e, depois do século XIX, distanciaram-se cada vez mais das possibilidades da reprodução existencial através da venda da força de trabalho.

Se, para Weber, a ciência e a política aparecem como vocações autônomas, para Marx isso nunca foi real, pois fazer ciência é também para ele um ato político.

Finalmente, se Weber acreditou que a busca incessante pelo lucro, tornando-se um fim em si mesmo, somente se manifestou no século XIX, momento a partir do qual o homem despojado da ética protestante se aprisionou numa gaiola de ferro, Marx, ao contrário, viu, com o apogeu da grande indústria, com a aplicação da ciência na produção da riqueza material, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, com a sorte da classe trabalhadora, a possibilidade de o homem se emancipar e produzir conscientemente a sua existência; viu, acima de tudo, que o homem é o protagonista da história.

Referências

AUED, I. M. **Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx**: ou de como o homem se liberta do trabalhador. 2005. 44f. Tese (Pós-Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2005.

AUED, I. M. Marxismo e Geografia. In: ALBA, R. S. *et al.* **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó: Argos, 2001. p. 13-58.

BELLUZZO, L. **Valor e capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 1987.

CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2004.

FROMM, E. **O conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Livro 1, v. 1.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a. Livro 1, v. 2.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAULANI, L. A atualidade da crítica da economia política. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 10, p. 111-121, 2000.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril, 1983.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 1983.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.